

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: ENTRE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E MERCANTILIZAÇÃO

UNIVERSITY AUTONOMY AND DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL: BETWEEN DEMOCRATIZATION OF ACCESS AND COMMODIFICATION

AUTONOMÍA UNIVERSITARIA Y EDUCACIÓN A DISTANCIA EN BRASIL: ENTRE DEMOCRATIZACIÓN DEL ACCESO Y MERCANTILIZACIÓN

Filipe Tadeu de Salles

Universidade de Franca

RESUMO. O artigo analisa as transformações recentes do ensino superior brasileiro a partir da relação entre autonomia universitária e Educação a Distância (EaD), enfatizando como a expansão acelerada da modalidade se articula simultaneamente à democratização do acesso e à mercantilização da educação. O objetivo é compreender os desafios da EaD e, sobretudo, propor diretrizes práticas para a gestão institucional da modalidade. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e diálogo crítico com estudos nacionais e internacionais, com busca realizada em bases como Scielo, Google Scholar e periódicos da área de educação, privilegiando publicações entre 2000 e 2024. Foram incluídos artigos revisados por pares e relatórios oficiais, analisados por meio de categorização temática em eixos relacionados à expansão, permanência, experiências internacionais e cultura digital. Os resultados revelam que, em 2022, 95,8% das matrículas na EaD estavam concentradas no setor privado, confirmando o avanço da financeirização do ensino superior. Além disso, cursos de licenciatura a distância registram índices de evasão entre 30% e 40%, evidenciando que a permanência discente é fortemente impactada pela lógica empresarial, na qual a evasão tende a ser tratada como custo aceitável. O estudo aponta ainda que a inserção da Inteligência Artificial na EaD gera dilemas relacionados à terceirização do pensamento crítico e à precarização do trabalho docente, reforçando a importância da autonomia universitária na aplicação do princípio do humano-no-loop, no qual a tecnologia atua como apoio e não como substituta das interações nucleares de ensino. Como contribuição, o artigo propõe um conjunto de cinco diretrizes estratégicas para orientar a gestão da EaD, abrangendo financiamento estável, governança, desenho pedagógico, acessibilidade e uso ético de dados e tecnologias, com vistas à garantia de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Autonomia Universitária. Educação a Distância. Políticas Públicas. Inclusão. Democratização.

ABSTRACT. The article analyzes recent transformations in Brazilian higher education by examining the relationship between university autonomy and Distance Education (DE), highlighting how the rapid expansion of this modality is simultaneously linked to the democratization of access and to the commodification of education. The objective is to understand the challenges of DE and, above all, to propose practical guidelines for institutional management. The research adopts a qualitative approach, based on literature review, documentary analysis, and critical dialogue with national and international studies, with searches carried out in databases such as Scielo, Google Scholar, and education journals, focusing on publications between 2000 and 2024. Peer-reviewed articles and official reports were included and analyzed through thematic categorization into axes related to expansion, retention,

international experiences, and digital culture. The results show that, in 2022, 95.8% of DE enrollments were concentrated in the private sector, confirming the advance of the financialization of higher education. Furthermore, distance teacher training courses register dropout rates between 30% and 40%, indicating that student permanence is strongly affected by the business logic in which dropout is treated as an acceptable cost. The study also shows that the incorporation of Artificial Intelligence in DE creates dilemmas related to the outsourcing of critical thinking and the precarization of teaching work, reinforcing the importance of university autonomy in applying the human-in-the-loop principle, where technology supports but does not replace core teaching interactions. As a contribution, the article proposes a set of five strategic guidelines to guide DE management, encompassing stable funding, governance, pedagogical design, accessibility, and the ethical use of data and technologies, aiming at ensuring socially referenced quality.

Keywords: University Autonomy. Distance Education. Public Policy. Inclusion. Democratization.

RESUMEN. El artículo analiza las transformaciones recientes de la educación superior brasileña a partir de la relación entre autonomía universitaria y Educación a Distancia (EaD), destacando cómo la expansión acelerada de la modalidad se articula simultáneamente con la democratización del acceso y con la mercantilización de la educación. El objetivo es comprender los desafíos de la EaD y, sobre todo, proponer directrices prácticas para la gestión institucional de la modalidad. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en revisión bibliográfica, análisis documental y diálogo crítico con estudios nacionales e internacionales, con búsquedas realizadas en bases como Scielo, Google Scholar y revistas de educación, privilegiando publicaciones entre 2000 y 2024. Se incluyeron artículos revisados por pares e informes oficiales, analizados mediante categorización temática en ejes relacionados con expansión, permanencia, experiencias internacionales y cultura digital. Los resultados muestran que, en 2022, el 95,8% de las matrículas en EaD estaban concentradas en el sector privado, confirmando el avance de la financiarización de la educación superior. Además, los cursos de formación docente a distancia registran índices de deserción entre el 30% y el 40%, lo que evidencia que la permanencia estudiantil está fuertemente influenciada por la lógica empresarial, en la cual la deserción tiende a ser tratada como un costo aceptable. El estudio también revela que la incorporación de la Inteligencia Artificial en la EaD genera dilemas relacionados con la tercerización del pensamiento crítico y la precarización del trabajo docente, reforzando la importancia de la autonomía universitaria en la aplicación del principio del humano-en-el-lazo, en el cual la tecnología actúa como apoyo y no como sustituta de las interacciones nucleares de enseñanza. Como contribución, el artículo propone un conjunto de cinco directrices estratégicas para orientar la gestión de la EaD, abarcando financiamiento estable, gobernanza, diseño pedagógico, accesibilidad y uso ético de datos y tecnologías, con miras a garantizar una calidad socialmente referenciada.

Palabras clave: Autonomía Universitaria. Educación a Distancia. Políticas Públicas. Inclusión. Democratización.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior brasileiro tem passado por transformações significativas desde a década de 1990, quando a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) inaugurou um marco regulatório que legitimou a Educação a Distância (EaD) como modalidade de ensino. Inicialmente vista como alternativa complementar, a EaD expandiu-se de forma exponencial ao longo das últimas décadas, especialmente após a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2006, que fortaleceu a oferta pública gratuita de cursos em parceria com instituições federais e estaduais (BRASIL, 2006).

A expansão da EaD foi acompanhada por tensões estruturais. Essa realidade revela tanto o potencial da EaD como vetor de democratização, quanto os riscos da mercantilização e da financeirização da educação superior, aspectos amplamente discutidos por Dourado, Moraes e Siqueira (2024), que ressaltam a fragilidade da regulação estatal no setor. Para os autores, a lógica de mercado tende a subordinar a qualidade educacional à busca por expansão quantitativa, comprometendo os objetivos de formação crítica e cidadã.

Ao mesmo tempo, observa-se que a permanência e a evasão discente se tornaram desafios centrais. Pesquisas recentes mostram que cursos de licenciatura a distância, em especial os de Pedagogia ofertados no âmbito da UAB, enfrentam taxas de evasão que variam entre 30% e 40% (SOSO; KAMPFF; MACHADO, 2024). Neves (2024) argumenta que a permanência discente não pode ser atribuída apenas à responsabilidade individual do estudante, mas depende diretamente das condições institucionais de acolhimento, acompanhamento acadêmico e engajamento, sendo a gestão da EaD o “calcanhar de Aquiles” desse processo. Esse debate reforça a necessidade de compreender a evasão como fenômeno multifatorial, ligado à infraestrutura, ao suporte pedagógico, às condições socioeconômicas dos alunos e à própria credibilidade social da modalidade.

No cenário internacional, experiências de programas de pós-graduação *stricto sensu* a distância oferecem contribuições relevantes. Verhine e Dantas (2024) destacam que, em universidades norte-americanas e europeias, cursos de mestrado e doutorado online têm alcançado altos padrões de qualidade, desde que vinculados a programas consagrados e acompanhados de rigorosos processos de avaliação e credenciamento. Essa evidência contraria a visão de que a EaD seria, por definição, uma modalidade de “segunda categoria”. No Brasil, entretanto, a discussão ainda encontra resistências, especialmente no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que impõe critérios rígidos para a abertura de cursos online de pós-graduação.

Outro elemento emergente no debate sobre EaD é o papel da cultura digital e da Inteligência Artificial (IA) na formação acadêmica. Como assinalam Silva e Souza (2024), a presença crescente da IA nos processos pedagógicos pode tanto ampliar a personalização e a acessibilidade quanto gerar riscos de terceirização do pensamento crítico e de precarização do trabalho docente. Para os autores, o desafio não está em

rejeitar a tecnologia, mas em integrá-la de forma ética e crítica, preservando o papel do professor como mediador do conhecimento.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre autonomia universitária e EaD, articulando dimensões históricas, regulatórias e pedagógicas. Busca-se compreender de que forma a modalidade tem se consolidado no Brasil como estratégia de democratização, mas também de como enfrenta dilemas ligados à qualidade, permanência discente e mercantilização. Para tanto, o estudo propõe um conjunto de diretrizes em cinco dimensões estratégicas para orientar a gestão institucional da EaD.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e diálogo crítico com a literatura especializada. As buscas foram realizadas em bases como Scielo, CAPES Periódicos e Google Scholar, utilizando termos como 'Educação a Distância', 'autonomia universitária', 'evasão discente EaD', 'financeirização do ensino superior' e 'inteligência artificial na educação'.

Foram incluídos artigos revisados por pares, dissertações, teses e relatórios oficiais publicados entre 2000 e 2024, relacionados à Educação a Distância no Brasil e em contextos internacionais. Foram excluídos textos opinativos, materiais sem revisão científica ou que não apresentassem dados empíricos/documentais.

O processo de análise consistiu em leitura integral dos textos selecionados, seguida de categorização temática em quatro eixos: (a) expansão e financeirização da EaD; (b) permanência e evasão discente; (c) experiências internacionais de EaD; e (d) cultura digital e Inteligência Artificial. A síntese crítica desses eixos fundamentou a construção das diretrizes estratégicas propostas, garantindo rigor e transparência metodológica.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Expansão e privatização da EaD no Brasil

A trajetória da Educação a Distância (EaD) no Brasil pode ser compreendida em três fases distintas. A primeira, de estruturação inicial (1996–2006), corresponde ao

período de regulamentação inaugurado pela LDB nº 9.394/1996, quando a modalidade foi reconhecida como legítima e surgiram as primeiras iniciativas de cursos experimentais em universidades públicas e privadas. Nesse momento, a EaD ainda era marcada pela precariedade tecnológica e pela forte dependência de materiais impressos e tele aulas.

A segunda fase, de institucionalização (2007–2015), coincide com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) por meio do Decreto nº 5.800/2006, que estabeleceu um sistema nacional de polos presenciais de apoio e consolidou a modalidade como política pública voltada à formação de professores da educação básica. Segundo Branco, Neves e Fidalgo (2019), a UAB representou um marco ao articular instituições públicas federais, estaduais e municipais em uma rede nacional de EaD, com foco em licenciaturas e cursos de formação continuada.

A terceira fase, a partir de 2016, caracteriza-se pela financeirização e privatização acelerada da modalidade. O Decreto nº 9.057/2017 flexibilizou as regras para credenciamento de polos de EaD, permitindo às instituições privadas expandirem sua atuação de forma quase ilimitada. Como destacam Dourado, Moraes e Siqueira (2024), essa mudança legal abriu espaço para um crescimento vertiginoso das matrículas, acompanhado por forte concentração do setor em grandes conglomerados empresariais de educação.

Os números confirmam essa tendência: dados do INEP mostram que, em 2022, 95,8% das matrículas em EaD estavam concentradas no setor privado, contra apenas 4,2% no setor público (INEP, 2023). Esse dado revela uma apropriação mercadológica da modalidade, transformando cursos e formações em produtos padronizados e de baixo custo. Silva e Souza (2024) apontam que, nesse contexto, as instituições privadas passaram a oferecer cursos “prêt-à-porter”, baseados em modelos de automação e virtualização de processos, seguindo a lógica de “fazer mais com menos”. Embora essa estratégia tenha reduzido custos e ampliado o acesso, levantou questionamentos sobre a qualidade socialmente referenciada, defendida por Lima e Alonso (2021) como parâmetro fundamental para a avaliação da EaD.

Além disso, o crescimento acelerado da EaD no setor privado foi acompanhado por uma mudança no perfil do estudante. Diferente do ensino presencial, que historicamente atrai jovens recém-egressos do ensino médio, a EaD consolidou-se como alternativa preferencial de trabalhadores adultos, muitas vezes com responsabilidades familiares e

que buscam flexibilidade para conciliar estudos e trabalho (ABED, 2019). Essa característica, embora reforce o papel democratizador da modalidade, também explica, em parte, os altos índices de evasão, pois esses estudantes enfrentam maiores dificuldades socioeconômicas e tecnológicas.

A mercantilização da EaD, entretanto, não se limita à expansão quantitativa. Ela também está associada a uma mudança no modelo pedagógico adotado pelas grandes instituições privadas. Conforme analisam Soso, Kampff e Machado (2024), a padronização de conteúdos e a redução do contato efetivo entre estudantes e docentes resultam em experiências de aprendizagem menos interativas, com ênfase em videoaulas gravadas, materiais digitais e tutoria limitada. Esse modelo, baseado na economia de escala, privilegia a quantidade em detrimento da qualidade, ampliando as tensões sobre o papel formativo da EaD.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a expansão da EaD no Brasil ocorreu em um paradoxo: ao mesmo tempo em que democratizou o acesso ao ensino superior, ampliando vagas em regiões historicamente excluídas, também reforçou desigualdades estruturais e abriu espaço para a lógica mercadológica. Como sintetizam Dourado, Moraes e Siqueira (2024), “a EaD deixou de ser apenas uma política de inclusão para se tornar, em larga medida, uma estratégia de mercado educacional”.

Assim, a discussão sobre expansão e privatização da EaD deve ir além da análise numérica de matrículas. É necessário considerar quem são os beneficiários dessa expansão, quais são as condições de aprendizagem oferecidas e como a autonomia universitária pode contribuir para contrabalançar a hegemonia do setor privado, assegurando que a modalidade se consolide com qualidade, inclusão e responsabilidade social.

3.2 Permanência e evasão discente

Se, por um lado, a Educação a Distância (EaD) ampliou o acesso ao ensino superior, por outro trouxe consigo um desafio estrutural: as elevadas taxas de evasão. O Censo da Educação Superior 2020 já indicava que a evasão média na EaD era superior à dos cursos presenciais, especialmente em licenciaturas (BRASIL, 2022).

Para compreender esse fenômeno, é fundamental adotar uma perspectiva que vá além da responsabilização individual do estudante. Neves (2024) argumenta que a

permanência discente deve ser vista como produto de um conjunto de fatores institucionais, que incluem políticas de acolhimento, acompanhamento acadêmico, atividades de engajamento e mecanismos de monitoramento da trajetória estudantil.

Nesse sentido, a gestão da EaD torna-se determinante para a redução da evasão e para a construção de trajetórias acadêmicas bem-sucedidas.

Os principais fatores associados à evasão podem ser agrupados em quatro dimensões:

1. **Socioeconômica** – grande parte dos estudantes da EaD pertence a camadas populares, enfrentando dificuldades financeiras, sobrecarga de trabalho e limitações de infraestrutura tecnológica.
2. **Pedagógica** – muitos cursos à distância oferecem baixa interação entre alunos e docentes, excessiva padronização de materiais e pouca flexibilidade metodológica, fatores que reduzem o engajamento discente.
3. **Institucional** – a ausência de programas estruturados de acolhimento, tutoria e monitoramento acadêmico fragiliza o vínculo do estudante com a instituição.
4. **Cultural** – a credibilidade social da EaD ainda é um desafio, gerando sentimentos de desvalorização e insegurança entre os estudantes.

Na análise realizada por Soso, Kampff e Machado (2024), destaca-se que as ações de permanência mais eficazes são aquelas que se concentram na integração acadêmica e social dos estudantes. Isso inclui a realização de atividades colaborativas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), encontros síncronos, feedback frequente dos tutores e canais de comunicação que transmitam ao estudante a sensação de pertencimento a uma comunidade acadêmica.

Outro aspecto relevante diz respeito ao acolhimento inicial. Estudos de caso no âmbito da UAB revelam que programas de recepção e ambientação tecnológica reduzem significativamente os índices de evasão nos primeiros semestres (NEVES, 2024). Tais iniciativas auxiliam os alunos a superar as barreiras iniciais de adaptação, especialmente aqueles com pouca familiaridade digital.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a evasão na EaD também reflete problemas estruturais da educação superior brasileira. Como afirmam Dourado, Moraes e Siqueira (2024), a financeirização da modalidade levou muitas instituições privadas a priorizar a expansão quantitativa de matrículas, sem o devido investimento em políticas de permanência. Nesse modelo, o aluno é visto como consumidor e a evasão torna-se

“custo aceitável”, diluído na lógica empresarial de captação contínua de novos ingressantes.

Nesse contexto, a permanência deve ser compreendida como indicador de qualidade educacional. Uma instituição que adota políticas ativas de acompanhamento discente não apenas reduz a evasão, mas fortalece sua credibilidade social e acadêmica. A gestão institucional, portanto, precisa ser reorientada para assegurar condições efetivas de permanência, articulando suporte pedagógico, inclusão digital, assistência estudantil e políticas de engajamento comunitário.

Assim, compreender os dilemas da permanência e da evasão em cursos à distância significa reconhecer que a democratização do acesso só se concretiza plenamente quando acompanhada de estratégias que garantam a conclusão bem-sucedida dos cursos. Nesse sentido, a permanência não é apenas uma meta administrativa, mas um compromisso ético e político com o direito à educação de qualidade.

3.3 Experiências internacionais e pós-graduação a distância

A expansão da Educação a Distância não é fenômeno exclusivo do Brasil. Diversos países, sobretudo aqueles com sistemas educacionais consistentes, já incorporaram a EaD como modalidade legítima de ensino superior, inclusive em programas de pós-graduação. A análise dessas experiências internacionais permite compreender os limites e possibilidades da modalidade no contexto brasileiro, especialmente diante das resistências existentes no campo acadêmico.

Um dos casos mais emblemáticos é o da Open University, criada no Reino Unido em 1969, que se tornou referência global pela adoção de metodologias inovadoras de ensino a distância. Com forte investimento público e estrutura de tutoria distribuída em polos regionais, a instituição consolidou-se como modelo de democratização, oferecendo acesso a populações que, historicamente, não conseguiam ingressar no ensino superior presencial. De forma semelhante, a Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), na Espanha, também se destaca por sua tradição e pelo rigor acadêmico de seus programas, em especial nos cursos de pós-graduação (MORAN, 2002).

Nos Estados Unidos, universidades como Harvard, MIT e Stanford passaram a ofertar programas de mestrado e até de doutorado em formato híbrido ou totalmente

online, com o apoio de plataformas digitais e ambientes interativos. Segundo Verhine e Dantas (2024), tais experiências demonstram que a EaD pode atingir padrões de excelência equivalentes à educação presencial, desde que vinculada a programas reconhecidos, submetida a rigorosos critérios de avaliação e articulada com práticas pedagógicas de alta qualidade. Os autores ressaltam que “a legitimidade da EaD depende menos da modalidade em si e mais da solidez institucional que a sustenta” (VERHINE; DANTAS, 2024, p. 8).

No Brasil, entretanto, a adoção da EaD na pós-graduação *stricto sensu* ainda é incipiente. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tem manifestado cautela em relação à autorização de programas exclusivamente a distância, exigindo que as propostas estejam vinculadas a cursos presenciais já consolidados e que atendam a critérios rígidos de infraestrutura, produtividade científica e acompanhamento discente. Tal postura é justificada pela preocupação com a manutenção da qualidade, mas também revela certa resistência cultural em aceitar a modalidade como equivalente à presencial.

A experiência internacional mostra que essa resistência pode ser superada quando há políticas públicas consistentes de avaliação e regulação. No Reino Unido e na Espanha, por exemplo, as agências nacionais de avaliação asseguram padrões de qualidade, conferindo credibilidade aos cursos. Nos Estados Unidos, o reconhecimento social dos programas online decorre da reputação das universidades que os ofertam, reforçando a ideia de que a qualidade da EaD não pode ser analisada isoladamente, mas em conjunto com a tradição e a solidez da instituição.

Outro aspecto relevante diz respeito ao perfil do público atendido pela pós-graduação a distância. Enquanto na graduação a EaD é majoritariamente voltada a adultos trabalhadores, na pós-graduação a modalidade atrai profissionais já inseridos no mercado, que buscam qualificação continuada. Isso reforça a pertinência da EaD nesse nível de ensino, já que o público possui maior autonomia e experiência de aprendizagem, características fundamentais para o sucesso da modalidade (VERHINE; DANTAS, 2024).

Assim, as experiências internacionais oferecem lições importantes para o Brasil: (a) a necessidade de integrar a EaD a programas consolidados, evitando que seja tratada como modalidade de “segunda categoria”; (b) a urgência de criar mecanismos de avaliação e regulação que assegurem qualidade e legitimidade social; e (c) a importância

de alinhar a modalidade às demandas de formação continuada, sobretudo em um cenário de rápidas transformações tecnológicas e sociais.

3.4 Cultura digital, Inteligência Artificial e novos dilemas

A Educação a Distância (EaD) é atravessada pela cultura digital, entendida aqui como o conjunto de práticas, dispositivos e racionalidades que reconfiguram modos de produção, circulação e apropriação do conhecimento. Nesse ecossistema, a Inteligência Artificial (IA) opera como tecnologia de propósito geral que afeta tanto o núcleo pedagógico (mediação didática, avaliação, feedback) quanto a gestão institucional (atendimento automatizado, análise de risco de evasão, alocação de tutores). A literatura recente adverte, entretanto, que a incorporação da IA não é neutra: ela pode ampliar a qualidade (personalização, acessibilidade, análise de aprendizagem) e, ao mesmo tempo, acentuar dilemas já presentes na EaD (mercantilização, padronização prê-à-porter, precarização do trabalho docente) (SILVA; SOUZA, 2024; DOURADO; MORAES; SIQUEIRA, 2024).

No plano pedagógico, algoritmos de recomendação e correção automática podem oferecer trajetórias adaptativas, feedback formativo frequente e monitoramento de progresso, potencializando aprendizagens autorreguladas. Para acessibilidade, agentes conversacionais e leitores automáticos reduzem barreiras para estudantes com diferentes perfis. Todavia, três riscos se impõem. Primeiro, a terceirização do pensamento: quando tarefas de busca, síntese e escrita passam a ser automatizadas, corre-se o risco de esvaziar práticas centrais de investigação, argumentação e autoria (SILVA; SOUZA, 2024). Segundo, o empobrecimento pedagógico: modelagens de curso orientadas por economia de escala tendem a reduzir interação significativa, substituindo docência e tutoria por automações genéricas. Terceiro, o viés algorítmico e a alucinação de respostas, que demandam letramento crítico em IA e curadoria docente permanente.

No plano institucional, ferramentas de análise podem identificar padrões de risco de evasão e acionar intervenções precoces de acolhimento e apoio – o que dialoga diretamente com a agenda de permanência (SOSO; KAMPFF; MACHADO, 2024; NEVES, 2024). Mas, em ambientes marcados pela financeirização da EaD, a IA também pode ser mobilizada para “fazer mais com menos”: automatizar atendimentos, expandir turmas e substituir trabalho docente por tutoria minimalista, reforçando o modelo de curso

“produto” e tensionando a qualidade socialmente referenciada (SILVA; SOUZA, 2024; DOURADO; MORAES; SIQUEIRA, 2024). Neste estudo, entende-se qualidade socialmente referenciada como a articulação entre expansão do acesso, equidade, relevância social e formação cidadã, em contraposição à padronização mercadológica (LIMA; ALONSO, 2021).

Diante desse cenário, autonomia universitária e governança de dados/IA tornam-se condições estruturantes. Universidades públicas e comunitárias podem usar sua autonomia para definir salvaguardas que alinhem IA a objetivos formativos, e não apenas a metas de expansão quantitativa. Cinco frentes se destacam:

1. **Princípio do humano-no-loop:** IA como apoio à docência e à aprendizagem (co-avaliação, feedback rascunho, roteiros de estudo), nunca como substituta das interações nucleares (mediação, debate, coautoria).
2. **Política institucional de IA:** diretrizes claras de uso acadêmico responsável (transparência de uso em atividades, critérios de citação de saídas geradas por IA, parâmetros de originalidade), evitando tanto proibicionismo ingênuo quanto *laissez-faire*.
3. **Letramento em IA e metacognição:** desenvolvimento de competências para avaliar fontes, depurar respostas, comparar versões e justificar escolhas — deslocando o foco do “produto pronto” para o processo reflexivo.
4. **Análíticas para permanência com ética:** uso de dados para acolhimento proativo (alertas de engajamento, trilhas de apoio, tutoria alvo), com minimização de dados, auditoria de vieses e envolvimento de estudantes e docentes nas regras de uso.
5. **Qualidade e trabalho docente:** salvaguardas para tempo de cuidado pedagógico (feedback significativo, encontros síncronos, projetos colaborativos) e condições de trabalho (formação, carga horária para curadoria de materiais e para supervisão das automações).

Em síntese, a IA pode elevar a qualidade da EaD quando ancorada em projetos pedagógicos robustos, políticas públicas de avaliação e governança institucional comprometida com a permanência e a inclusão. Sem esses lastros, tende a reforçar o ciclo de padronização, automação acrítica e precarização, já diagnosticado na expansão privatista. A questão, portanto, não é “usar ou não” IA, mas como, para quê e sob quais garantias — dilema que precisa ser enfrentado articulando autonomia universitária,

regulação e práxis pedagógica (SILVA; SOUZA, 2024; VERHINE; DANTAS, 2024; NEVES, 2024).

4 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA A GESTÃO DA EAD

As diretrizes apresentadas emergem da análise dos quatro eixos estruturantes deste estudo — expansão e financeirização, permanência e evasão, experiências internacionais e cultura digital/IA —, e visam orientar políticas institucionais que garantam qualidade socialmente referenciada.

1. Financiamento estável e sustentável

Assegurar recursos contínuos e previsíveis para infraestrutura tecnológica, formação docente e suporte estudantil. A estabilidade financeira é essencial para reduzir desigualdades regionais e sociais, garantindo que a EaD pública não dependa exclusivamente de programas emergenciais ou de lógicas de mercado (ARRUDA; FIALHO, 2021).

2. Governança com autonomia universitária

Estruturar modelos de gestão que reforcem a autonomia das universidades e impeçam a captura mercadológica da EaD. Isso inclui a criação de conselhos participativos, transparência nas decisões e mecanismos de accountability que preservem a missão pública da educação, como defendem Lima (2020) e Dourado, Moraes e Siqueira (2024).

3. Desenho pedagógico e permanência discente

Adotar metodologias interativas, apoio tutorial ativo e acompanhamento contínuo da trajetória dos estudantes. A permanência deve ser entendida como compromisso institucional, e não apenas como responsabilidade individual, em diálogo com experiências da UAB e autores como Branco, Neves e Fidalgo (2019).

4. Acessibilidade e inclusão social

Garantir que a EaD contemple diferentes perfis de estudantes, especialmente aqueles historicamente excluídos. Isso envolve políticas de acessibilidade digital, desenho universal de aprendizagem, formação intercultural e suporte a estudantes em situação de vulnerabilidade social (ALMEIDA, 2022).

5. Uso ético e pedagógico de dados e Inteligência Artificial

Mobilizar analíticas de aprendizagem e tecnologias digitais com princípios éticos claros: transparência, proteção de dados, não substituição da mediação docente e adoção do princípio do humano-no-loop. A IA deve servir de apoio ao trabalho pedagógico, ampliando feedback e personalização sem precarizar o trabalho docente (SILVA; SOUZA, 2024; VERHINE; DANTAS, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a Educação a Distância (EaD) no Brasil se expandiu de forma acelerada nas últimas décadas, porém marcada pela forte predominância do setor privado e por elevadas taxas de evasão. Esses elementos confirmam que a lógica empresarial tem influenciado a organização da modalidade, tratando a permanência discente como custo aceitável. Paralelamente, a crescente incorporação da Inteligência Artificial gera dilemas relativos à terceirização do pensamento crítico e à precarização docente, o que reforça a necessidade de manter a autonomia universitária como eixo estruturante do processo formativo.

Nesse contexto, a noção de qualidade socialmente referenciada se mostra indispensável para contrapor a padronização mercadológica da EaD. Entendida como a articulação entre expansão, equidade, relevância social e formação cidadã, essa concepção amplia o debate para além de indicadores de custo e escala, recolocando a centralidade do compromisso público e pedagógico da educação superior.

Como contribuição prática, o artigo apresentou um conjunto de cinco diretrizes estratégicas – financiamento estável, governança com autonomia, desenho pedagógico orientado à permanência, acessibilidade e inclusão, e uso ético de dados e Inteligência Artificial –, articuladas a autores de referência da área. Essas diretrizes, quando assumidas pelas instituições de ensino, podem fortalecer a gestão da EaD, promover melhores condições de permanência discente e assegurar que a inovação tecnológica se converta em apoio efetivo à qualidade da aprendizagem.

Conclui-se, portanto, que a EaD pode consolidar-se como instrumento de democratização, inovação e inclusão, desde que orientada por políticas públicas consistentes, gestão institucional comprometida com a autonomia universitária e práticas pedagógicas que garantam uma qualidade socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

- ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2019**. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- BRANCO, M.; NEVES, C.; FIDALGO, F. **Educação a distância e permanência discente**. *Revista Brasileira de Educação*, v.24, n.79, p. 1-20, 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2006.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Brasília: MEC/INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/>. Acesso em: 23 ago. 2025.
- DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes de; SIQUEIRA, Romilson Martins. **Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, e286167, 2024.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: MEC/INEP, 2023.
- LIMA, Licínio C.; ALONSO, Katia M. **Educação a distância e qualidade social: desafios contemporâneos**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 26, e260028, 2021.
- MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 20, n. 74, p. 9-16, 2002.
- NEVES, Inajara de Salles Viana. **A permanência e a evasão discente em cursos de pedagogia a distância na perspectiva da gestão da EaD**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, e45598, 2024.
- SILVA, Danilo Garcia da; SOUZA, Helen Santana Manguiera de. **De avanços a retrocessos: dilemas para a educação a distância na cultura digital**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, e284717, 2024.
- SOSO, Felipe Sereno; KAMPFF, Adriana Justin Cerveira; MACHADO, Karen Graziela Weber. **Permanência discente em cursos de pedagogia a distância: um estudo a partir da Universidade Aberta do Brasil**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, e38961, 2024.
- VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **Programas de pós-graduação a distância em educação: perspectivas da experiência internacional**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, e283826, 2024.

Sobre o autor

Filipe Tadeu de Salles

Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP/Franca, graduado em Gestão Pública (UFMG) e Ciências Contábeis (FUMEC), com formação em Letras – Inglês (UNIASSELVI). Especialista em docência na educação profissional e tecnológica (IFSULDEMINAS), metodologias para educação a distância (ANHANGUERA), geoprocessamento (IFNMG) e gerenciamento de projetos (FGV). Servidor público federal (IFSULDEMINAS), atua como técnico em contabilidade.

E-mail: filipetsalles@gmail.com

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD | SIGATEC** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.